



AZ@BXL

Número: 201 Data: 2021.11.12

No título: Interior da ilha, Santa Maria, Açores.

Fotografia de: Félix Rodrigues

Destaques:

[XXVI.ª Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas](#)

[Adoção pela Comissão Europeia de 3 programas de trabalho do Programa Digital Europa \(num financiamento total de quase 2 mil milhões de euros\)](#)

[7ª conferência anual da UE sobre instrumentos financeiros do FEADER](#)

[Comissão aprova contrato com a Valneva para garantir uma nova vacina potencial contra a COVID-19](#)



14 de novembro



Dia Europeu da Energia: Hidrogénio como impulsionador da transição verde da UE

O Dia europeu da Energia, [organizado](#) pela Comissão Europeia no âmbito da Expo 2020 no Dubai, será um evento híbrido. No contexto do objetivo do Pacto Ecológico Europeu para tornar a Europa um continente de clima neutro até 2050, irá centrar-se no hidrogénio como motor da transição para a energia verde da UE. As sessões e discussões do evento abordarão: o papel do hidrogénio para a transição energética da UE; o papel da inovação na condução da agenda do hidrogénio; políticas, modelos tecnológicos e de negócios para facilitar o desenvolvimento de projetos de hidrogénio renovável e iniciativas de cooperação internacional para transferência de tecnologia e comércio.

15 de novembro



Conferência: Monitorizar a economia europeia pós COVID-19

A conferência anual da Comissão Europeia, com foco em “Monitorizar a economia europeia pós-COVID-19: tempos incomuns exigem políticas não convencionais”, [decorrerá](#) a 15 de novembro de 2021. Este evento pretende ser um grande fórum para reunir investigação académica e trabalho científico de instituições europeias e mundiais. Destina-se aos investigadores e a todos aqueles que apoiam a criação de políticas a nível europeu e nacional.



Conselho de Agricultura e Pescas

Os ministros da agricultura e pescas da UE reunir-se-ão em Bruxelas para [debater uma série de assuntos nos domínios das pescas e da agricultura](#), podendo [aqui](#) seguir a respetiva transmissão online.

Destaques da agenda: aprovação de conclusões sobre a Estratégia da UE para as florestas 2030. Esta estratégia, apresentada pela Comissão em julho deste ano, visa: adaptar as florestas europeias para fazer face a ameaças como as alterações climáticas; manter o papel das florestas como sumidouros de carbono; preservar e recuperar os ecossistemas florestais; e, assegurar a gestão sustentável de recursos florestais.

Com base em informações fornecidas pela Comissão e pelos Estados-Membros, os ministros procederão a uma troca de pontos de vista sobre a situação do mercado dos produtos agrícolas. O debate deverá incidir sobre setores-chave como os da carne de suíno, dos cereais e dos produtos lácteos e abordará fatores como o comércio com países terceiros, o levantamento das restrições relacionadas com a COVID-19 e o impacto do aumento dos preços da energia e dos alimentos para animais.

A Comissão Europeia informará ainda os ministros da UE sobre o progresso das consultas anuais com o Reino Unido relativas às quotas de pesca para 2022.

A delegação espanhola prestará informações acerca dos efeitos da erupção vulcânica na ilha de La Palma sobre a agricultura local, referindo a necessidade de apoiar os agricultores.



Conferência Anual de Investigação 2021

Esta edição de 2021 da conferência Anual de Investigação, [organizada](#) em conjunto pela Direcção-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros da Comissão Europeia (DG ECFIN) e pelo Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão Europeia, está a levar a cabo um concurso para jovens investigadores nas áreas da economia ou das finanças sobre o tema: “Monotorizar a economia europeia pós-COVID-19: tempos incomuns exigem políticas não convencionais”.

18 de novembro



Webinar: 7ª conferência anual da UE sobre instrumentos financeiros do FEADER

A 7.ª [conferência](#) anual da UE sobre os instrumentos financeiros do FEADER “Balanço de 2014-2020 e olhando o futuro”, organizada pela Comissão Europeia - Direcção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG AGRI) em parceria com o Banco Europeu de Investimento, incidirá sobre os resultados, desafios e realizações alcançados no período de programação cessante 2014-2020 e terá lugar online.

18 e 19 de novembro



XXVI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas

A [XXVI Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas](#) realizar-se-á Centro Histórico e Documental da Autonomia (CHDA), Ponta Delgada, São Miguel. A reunião decorrerá em formato presencial.



Fórum: Ar Limpo da UE

A Comissão Europeia irá [organizar](#) o terceiro Fórum Ar Limpo da UE, em estreita colaboração com o Ministério da Transição Ecológica e do Desafio Demográfico do Governo de Espanha. O Fórum reunirá decisores, partes interessadas e peritos numa conferência de um dia e meio para refletir sobre o desenvolvimento e a aplicação de políticas, projetos e programas aéreos europeus, nacionais e locais eficazes e para informar sobre a revisão em curso das regras da UE.



Seminário Interligar a UE 2021: Que tipo de Europa idealiza?

O Comité Económico e Social Europeu [realiza](#) o Seminário Interligar a UE, anteriormente designado como Seminário sobre os Meios de Comunicação Social da Sociedade Civil, que reúne todos os anos comunicadores de organizações da sociedade civil representadas ou ligadas ao CESE. Intitulado "Que tipo de Europa sonha? A sociedade civil e a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFoE)", o Seminário Interligar a UE aborda três temas que se encontram entre os nove propostos para os debates com os cidadãos no âmbito da Conferência: saúde; reforçar a economia, a justiça social e o emprego; Democracia europeia.

23 novembro 2021



Pesticidas - Comissão lança quatro consultas públicas sobre o uso de pesticidas

A Comissão abriu um período de consulta sobre quatro propostas de regulamentos para atualizar as regras em matéria de requisitos, informação, aprovação e comercialização de produtos fitofarmacêuticos que contêm microrganismos. As quatro propostas de regulamentos são as seguintes:

- [Pesticidas - novos princípios uniformes para avaliação e autorização de produtos;](#)
- [Pesticidas - novos requisitos em matéria de dados para a autorização de produtos;](#)
- [Pesticidas - novos requisitos em matéria de dados para a aprovação de substâncias ativas;](#)
- [Biopesticidas - critérios de aprovação de substâncias ativas microbianas;](#)

21 janeiro 2022



Consulta pública sobre o "Bem-estar dos animais — revisão da legislação da UE"

Segundo a Comissão Europeia, esta [iniciativa](#) visa atualizar as regras da UE em matéria de bem-estar dos animais, a fim de reforçar o papel das recentes análises científicas, alargar o seu âmbito de aplicação e torná-las mais fáceis de aplicar, aumentando, de um modo geral, o nível de bem-estar dos animais na UE. O período de consulta vai de 15 outubro 2021 a 21 janeiro 2022. A Comissão Europeia planeia apresentar uma proposta de regulamento sobre o bem-estar animal (incluindo o transporte) no quarto trimestre de 2023.



Ambiente

UE na COP26: Comissão compromete-se com € 100 milhões para o Fundo de Adaptação

Na sessão plenária de alto nível na COP26, a Comissão Europeia [anunciou](#) um novo compromisso de € 100 milhões em financiamento para o Fundo de Adaptação. Esta contribuição adicional de 100 milhões de euros do orçamento da UE é de longe a maior promessa para o Fundo de Adaptação feita pelos participantes na COP26. Soma-se a contribuições significativas já anunciadas pelos Estados-Membros e também confirma o papel de apoio da UE ao Grupo de Campeões informal sobre Financiamento da Adaptação. A contribuição será feita de forma compatível com as regras financeiras da UE. Ele ressalta da

determinação europeia de aumentar o financiamento para apoiar os objetivos de adaptação ao clima e alcançar um melhor equilíbrio entre mitigação e adaptação, especialmente nos países mais vulneráveis e para o benefício de suas populações mais vulneráveis, em especial no que se refere aos Países Menos Desenvolvidos e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. O financiamento público internacional para o clima desempenha um papel importante ao ajudar os países em desenvolvimento a implementar o acordo de 2015 alcançado em Paris sobre as mudanças climáticas. O financiamento da adaptação é um dos tópicos centrais da discussão na COP26 em Glasgow, e é uma alta prioridade para a Comissão Europeia. A UE já é o maior fornecedor de financiamento internacional para a luta contra as alterações climáticas. Em 2020, a UE e os seus 27 Estados-Membros comprometeram-se com 23,39 mil milhões de euros de financiamento climático para apoiar os países em desenvolvimento na redução das suas emissões de gases com efeito de estufa e na adaptação aos impactos das alterações climáticas.

Economia circular: Comissão toma medidas contra cinco Estados-Membros para melhorar a gestão de resíduos

A produção anual de resíduos de todas as atividades económicas na UE é de 2,5 mil milhões de toneladas, ou 5 toneladas *per capita* por ano, e cada cidadão produz, em média, quase meia tonelada de resíduos urbanos. No seu plano de ação para a economia circular, a Comissão [definiu](#) um caminho para reduzir significativamente a produção de resíduos e as regras da UE estabelecem o objetivo de limitar a percentagem de resíduos urbanos depositados em aterro a 10% até 2035. Na UE, as leis e políticas de resíduos geraram grandes melhorias na gestão dos mesmos; estimulam a inovação na recolha seletiva e na reciclagem, limitam o uso de aterros e incentivam a mudanças no comportamento do consumidor. A Diretiva-Quadro de Resíduos da UE e a Diretiva de Aterros contêm um conjunto de regras destinadas a prevenir e reduzir o impacto negativo causado pela produção e gestão de resíduos. A Comissão está continuamente a trabalhar para modernizar estas regras, de modo a torná-las adequadas à economia circular e à era digital. Como parte dessa ambição, a Comissão irá propor, nos próximos dias, uma reforma das regras da União sobre transferências de resíduos para o exterior, a fim de garantir que esta não exporte os seus desafios de resíduos para países terceiros. Ao mesmo tempo, a Comissão tem prestado apoio contínuo aos Estados-Membros na aplicação adequada da legislação em vigor, utilizando os seus poderes de execução sempre que necessário. Torna-se crucial para preservar a saúde dos cidadãos e manter o ambiente limpo. A este respeito, a Comissão está a tomar medidas legais contra a Roménia, Bulgária, Croácia, Grécia e Eslováquia pelo não cumprimento da legislação da UE em matéria de resíduos - a Diretiva-Quadro Resíduos e a Diretiva Aterro. Estes cinco Estados-Membros são instados a assegurar o tratamento adequado dos resíduos antes da deposição em aterro. No caso da Roménia, a Comissão decidiu também reenviar um processo adicional ao Tribunal de Justiça da União Europeia por incumprimento da Diretiva Aterros.



Estado de Direito

Parlamento Europeu apela a medidas para proteger jornalistas de ações judiciais abusivas

Os eurodeputados [querem](#) que a UE e os Estados-Membros adotem medidas legislativas e outras iniciativas para combater as ações judiciais estratégicas que visam silenciar as vozes críticas. As ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPPs, na sigla inglesa) constituem uma prática recorrente utilizada em vários Estados-Membros para intimidar os jornalistas, para que ponham fim às investigações sobre corrupção e outras matérias de interesse público. Académicos, a sociedade civil e as ONG são também alvo deste tipo de ações, que são instauradas com o objetivo de exercer pressão psicológica, desacreditar profissionalmente, assediar ou consumir os seus recursos financeiros. Um desequilíbrio de poderes entre o demandante e o demandado, bem como pedidos de indemnização exorbitantes por difamação, são características comuns destas ações judiciais, que “são muitas vezes infundadas, frívolas ou baseadas em alegações exageradas e frequentemente abusivas”. Num relatório aprovado com 444 votos a favor, 48 contra e 75 abstenções, os eurodeputados lamentam que, até à data, nenhum Estado-Membro da UE tenha adotado legislação específica que proporcione proteção contra as SLAPPs, propondo uma série de medidas para combater estas tentativas de silenciamento e de intimidação.



Investigação

Eurodeputados aprovam Parceria Europeia para a Metrologia

O Parlamento Europeu em sessão plenária, no dia 11 de novembro, [aprovou](#) o acordo legislativo sobre a Parceria para a Metrologia, a ciência que permite “medir o mundo”. A relatora é a eurodeputada Maria da Graça Carvalho. A Parceria Europeia para a Metrologia é uma das prioridades do pacote de propostas de parcerias europeias institucionalizadas no âmbito do Horizonte Europa, o programa de investigação e inovação da UE. Esta parceria visa desenvolver, até 2030, novas capacidades de investigação no âmbito das novas redes europeias de metrologia e contribuir para a concretização dos objetivos da UE no que toca às transições digital e ecológica. Tem como princípios-chave a liberdade académica e a integridade científica, procurando garantir o envolvimento de especialistas qualificados em universidades, centros de investigação e no setor

privado. A metrologia, a ciência que se ocupa de todos os aspetos teóricos e práticos da medição, é uma ferramenta essencial ao serviço de todas as áreas do conhecimento.



Empresas e economia

Multinacionais terão de tornar públicos os lucros obtidos e impostos pagos em cada país

O Parlamento Europeu [aprovou](#) legislação que exige que as multinacionais declarem os impostos que pagam em cada Estado-Membro, a fim de combater a elisão fiscal. As novas regras requerem que as empresas multinacionais com receitas superiores a 750 milhões de euros, e que operem em mais de um país da UE, divulguem publicamente, num relatório específico, o imposto sobre o rendimento que pagam em cada Estado-Membro, bem como nos países terceiros enumerados na lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais (os países nas chamadas “lista negra” e “lista cinzenta” da UE). Pela primeira vez, as multinacionais não europeias que exercem atividades na UE, através das respetivas filiais e sucursais, terão também de cumprir as mesmas obrigações de apresentação de relatórios que as multinacionais europeias. O texto legislativo, que foi acordado entre os negociadores do PE e da presidência portuguesa do Conselho no dia 1 de junho, tem por objetivo combater a elisão fiscal e o planeamento fiscal agressivo, bem como aumentar a transparência perante o público. Estima-se que estas práticas das empresas multinacionais privem os países da UE de mais de 50 mil milhões de euros de receitas por ano.

Novas regras para salários mínimos justos na UE

Um novo projeto de lei da UE irá [garantir](#) um nível mínimo de proteção salarial em todos os Estados-Membros, a fim de garantir padrões de vida dignos para os trabalhadores e famílias. Numa votação os eurodeputados do Comissão do Emprego e Assuntos Sociais apoiaram o estabelecimento de requisitos mínimos para proteger os salários em toda a UE, seja estabelecendo um salário estatutário (o menor salário permitido por lei), ou permitindo que os trabalhadores negociem os mesmos com os seus empregadores. A nova legislação deve aplicar-se a todos os trabalhadores da UE que têm um contrato de trabalho ou relação de trabalho. De acordo com o projeto de lei, os Estados membros devem avaliar e relatar se os salários mínimos legais são suficientes, usando critérios para estabelecer condições de trabalho e de vida decentes e incluir elementos como o poder de compra e a taxa de pobreza. Os Estados-Membros em que o salário mínimo é protegido exclusivamente por acordos coletivos não serão obrigados a introduzir salários legais ou a tornar esses acordos universalmente aplicáveis.



Coessão Interna

Comissão adota plano de contingência para abastecimento e segurança alimentar em tempos de crise

Na sequência da crise COVID-19 e conforme [anunciado](#) na Estratégia do *Prado ao Prado*, a UE pretende intensificar a coordenação a nível europeu para garantir que os cidadãos não enfrentam a escassez de alimentos durante as crises. O plano de contingência agora [adotado](#) reconhece a resiliência geral da cadeia de abastecimento alimentar da UE, identifica as deficiências existentes e apresenta ações para melhorar a preparação a nível da União. Para tal, a Comissão criará um Mecanismo Europeu de Preparação e Resposta às Crises de Segurança Alimentar (EFSCM), um grupo de especialistas em cadeias de abastecimento alimentar coordenado pela Comissão para trocar dados, práticas e reforçar a coordenação. A crise da COVID-19 mostrou a resiliência dos setores agrícola, pesqueiro, aquícola e alimentar, evitando que a crise da saúde resultasse também numa crise de segurança alimentar. Para apoiar estes setores, a UE tomou medidas excepcionais. A Política Agrícola Comum e a Política Comum das Pescas, por exemplo, forneceram ferramentas para combater os desequilíbrios do mercado ou os problemas de fluxo de caixa dos produtores. Além disso, para garantir a circulação de mercadorias e de trabalhadores essenciais no mercado único, a Comissão estabeleceu vias verdes e publicou orientações que permitiram uma estreita coordenação entre os Estados-Membros para uma passagem suave das fronteiras. A [Comunicação](#) reconhece que são necessárias melhorias adicionais em algumas áreas para continuar a garantir o abastecimento e a segurança alimentar em tempos de crise.



Política Externa

Armas de destruição em massa: preocupação com o estado de desarmamento global

Num relatório [adotado no passado dia 9 de novembro](#), os eurodeputados da Comissão das Relações Externas apelam a políticas que avancem na redução e eliminação de todos os arsenais nucleares e que criem condições para alcançar um mundo livre de armas nucleares. A erosão contínua da arquitetura global de não proliferação, desarmamento e controle de armas está, alertam os eurodeputados, a ser agravada pelo rápido desenvolvimento de tecnologias novas e potencialmente

desestabilizadoras, como sistemas de armas habilitados para inteligência artificial, mísseis hipersônicos e tecnologias de drones.

Fronteira Polónia-Bielorrússia: eurodeputados alarmados com crise humanitária e política

A UE deve [permanecer](#) unida na sua resposta à instrumentalização desumana dos migrantes pelo regime bielorrusso, afirmaram os eurodeputados no debate. Num debate em plenário com o chefe da política externa da UE, Josep Borrell, os eurodeputados expressaram as suas profundas preocupações com a crise dramática que atualmente se desenrola na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia. Também repetiram a sua forte condenação das táticas atuais do regime ditatorial da Bielorrússia de canalizar os fluxos de migrantes para as fronteiras externas da UE, agravando a situação com os países vizinhos, em particular a Polónia, como vingança pelas sanções da União Europeia. O vice-presidente da Comissão Europeia Josep Borrell repetiu que a União Europeia está atualmente empenhada em amplos esforços diplomáticos, juntamente com os países de origem, a fim de encontrar soluções e evitar que mais migrantes traficados cheguem desta forma. Ao mesmo tempo, ele enfatizou que as autoridades da Bielorrússia devem fornecer assistência humanitária às pessoas presas na área da fronteira com a Bielorrússia, incluindo o acesso de organizações humanitárias à região e a permissão de corredores humanitários. Anunciou também uma discussão futura sobre a expansão das sanções da UE.

Eurodeputados dão luz verde à Agência Europeia para o Asilo

O Parlamento Europeu [aprovou](#) o acordo alcançado com a presidência portuguesa do Conselho sobre a agência da UE que prestará apoio aos Estados-Membros no tratamento dos pedidos de asilo. O regulamento aprovado visa melhorar a aplicação da política de asilo na UE, transformando o atual Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo, operacional desde 2011, numa agência de pleno direito. Caberá a esta nova agência prestar assistência operacional e técnica aos Estados-Membros que necessitem de apoio no tratamento dos pedidos de asilo, bem como facilitar a cooperação com países terceiros. O texto legislativo acordado entre os negociadores do PE e da presidência portuguesa do Conselho, no dia 29 de junho, foi debatido em plenário em 7 de outubro, antes de ser submetido à aprovação final da assembleia. O regulamento deverá agora ser aprovado pelo Conselho, entrando em vigor 20 dias após a sua publicação no Jornal Oficial da UE. O Parlamento Europeu e o Conselho, onde estão representados os governos dos Estados-Membros, têm ainda de tomar posição sobre as propostas apresentadas em setembro de 2020 no âmbito do novo Pacto em matéria de Migração e Asilo.



Emprego

Exportações sustentam 38 milhões de empregos na UE, de acordo com um relatório sobre empregos e comércio

Um dos muitos dados numéricos de um novo relatório [divulgado](#) pela Comissão Europeia mostra a importância de uma política comercial aberta para o emprego europeu. O Relatório de Comércio e Empregos fornece uma série de estatísticas sobre empregos europeus ligados ao comércio europeu.

O relatório fornece dados ao longo do tempo a nível europeu e dos Estados-Membros e fornece, também, estatísticas por indústria, nível de qualificação, género, entre outros. Por exemplo, mostra que mais de 38 milhões de empregos na UE são suportados pelas exportações da mesma, mais 11 milhões do que na década anterior. Esses mesmos empregos são, em média, 12% melhor remunerados do que os da economia como um todo. O aumento dos empregos apoiados pelas exportações segue-se a um aumento ainda mais forte das exportações da UE: juntamente com um aumento de 75% nos empregos relacionados com a exportação entre 2000 e 2019, as exportações totais aumentaram 130%. Os dados indicam claramente que mais comércio significa mais empregos, e a melhor maneira de aumentar isso é garantindo novas oportunidades por meio de acordos comerciais e aplicando-os diligentemente. Dado que 93% de todos os exportadores da UE são pequenas e médias empresas, também é vital ajudá-los a compreender as oportunidades e os termos oferecidos por uma rede abrangente de 45 acordos comerciais celebrados pela UE.



Saúde

Coronavírus: Comissão aprova contrato com a Valneva para garantir uma nova vacina potencial contra a Covid-19

A Comissão Europeia [aprovou](#) o oitavo contrato com uma empresa farmacêutica com vista à aquisição da sua potencial vacina contra a COVID-19. O contrato com a Valneva prevê a possibilidade de todos os Estados-Membros da UE adquirirem quase 27 milhões de doses em 2022. Inclui ainda a possibilidade de adaptar a vacina a novas estirpes e de os Estados-Membros encomendarem até 33 milhões de vacinas adicionais em 2023. O contrato com a Valneva vem ampliar a carteira de vacinas de produção europeia já garantidas, que abrange os contratos assinados com a AstraZeneca, a Sanofi-GSK, a Janssen Pharmaceutica NV, a BioNtech-Pfizer, a CureVac, a Moderna e a Novavax. Esta carteira diversificada de vacinas fará com que a Europa esteja bem preparada para a vacinação, uma vez comprovada a segurança e a eficácia das vacinas. Os Estados-

Membros poderão decidir doar a vacina a países com rendimentos baixos e médios ou redirecioná-la para outros países europeus. A Comissão, secundada pelos Estados-Membros, decidiu apoiar esta vacina com base numa avaliação científica sólida, na tecnologia utilizada, na experiência da empresa em matéria de desenvolvimento de vacinas e na sua capacidade de produção para abastecer toda a UE.



Parlamento Europeu

Eurodeputados lutam por maiores ambições na COP26 em Glasgow

Uma delegação oficial do Parlamento Europeu [participa](#) na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, COP26, que decorre em Glasgow até 13 de novembro. A delegação é dirigida por Pascal Canfin (Renew, FR), com Peter Liese (PPE, DE) como vice-presidente. Os eurodeputados vão reunir-se com a secretária executiva da UNFCCC, Patricia Espinosa, bem como com ministros, parlamentares e outros delegados de vários países não pertencentes à UE, incluindo Brasil, EUA, Rússia, África do Sul, Maldivas e com representantes da sociedade civil. O Parlamento tem pressionado por uma legislação climática da UE mais ambiciosa e declarou uma emergência climática a 28 de novembro de 2019. Em junho de 2021, a Lei Europeia do Clima foi adotada pelo Parlamento, tendo o mesmo transformado o compromisso político do Pacto Ecológico Europeu com a neutralidade climática da UE até 2050 numa obrigação vinculativa para a UE e Estados-Membros. Aumenta, também, o objetivo da UE da redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 de 40% para, pelo menos, 55%, em comparação com o nível de 1990. Em julho de 2021, a Comissão apresentou o pacote “Fit for 55” para permitir que a UE atinja a meta mais ambiciosa para 2030.

Frances Haugen salientou na audiência com os eurodeputados que “as regras digitais da UE podem ser um momento de viragem para o mundo”

A futura Lei de Serviços Digitais da UE pode [definir](#) os padrões globais de transparência, supervisão e fiscalização, disse a denunciante do Facebook Frances Haugen aos eurodeputados. A Lei de Serviços Digitais (DSA) tem o potencial de ser um “padrão ouro global” e inspirar outros países a “procurar novas regras que salvaguardem as nossas democracias”, enfatizou a Sra. Haugen na sua audiência. Alertou, no entanto, que as regras precisam ser fortes em termos de transparência, supervisão e fiscalização, caso contrário “perderemos esta oportunidade única, numa geração, de alinhar o futuro da tecnologia e da democracia”. As revelações da ex-funcionária sobre as práticas do Facebook e como as mesmas impactam os utilizadores e os seus direitos fundamentais, foram preocupantes para os eurodeputados. Expressaram as suas preocupações sobre, entre outras questões, a exploração da saúde mental de crianças/adolescentes e sobre o micro-direcionamento, inclusive para fins políticos. As perguntas centraram-se em como tornar as plataformas mais responsáveis e garantir que as disposições de avaliação e mitigação de riscos na Lei de Serviços Digitais proposta sejam fortes o suficiente para evitar abusos, polarização e abordar os riscos para a democracia. Os membros também pediram a Sra. Haugen a sua opinião sobre a regulamentação não apenas de conteúdo ilegal, mas também prejudicial, sobre ferramentas de moderação de conteúdo e se a publicidade direcionada deve ser proibida. Tentaram também saber que salvaguardas gostaria de ver incluídas nas leis digitais da UE, questionando se o pacote atualmente proposto era suficiente. Ferramentas de fiscalização para garantir que o DSA tenha força, a transparência dos algoritmos, dando acesso a académicos, ONGs e jornalistas de investigação acesso aos dados das plataformas, foram outras questões abordadas na audiência.

Parlamento Europeu diz à Polónia: “Nem mais uma” mulher deve morrer devido à lei restritiva contra o aborto

O Parlamento Europeu [instou](#) o governo polaco a despenalizar completamente o aborto para não pôr em risco a saúde e a vida das mulheres. No dia 22 de setembro, uma mulher polaca de 30 anos morreu de choque séptico pelo facto de os seus médicos não terem efetuado um aborto que lhe salvaria a vida, aguardando, em vez disso, a morte do feto no útero, devido às restrições ao aborto legal e ao efeito dissuasor destas restrições nos médicos na Polónia. Numa resolução aprovada com 373 votos a favor, 124 contra e 55 abstenções, o Parlamento Europeu insta o governo polaco a garantir que “nem mais uma” mulher morra devido a esta lei restritiva e a despenalizar completamente o aborto. O PE condena o acórdão do Tribunal Constitucional “ilegítimo”, de 22 de outubro de 2020, que impõe uma proibição quase total do aborto, bem como o “flagrante ataque” contra a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos na Polónia, que colocam em risco a saúde e a vida das mulheres. A assembleia europeia exorta o governo polaco a garantir “rápida e plenamente o acesso a serviços de aborto, bem como a sua disponibilidade”, a fim de prestar serviços de aborto seguros, legais e gratuitos. Os eurodeputados condenam o “ambiente cada vez mais hostil e violento em que se encontram os defensores dos direitos humanos das mulheres na Polónia” e solicitam às autoridades nacionais que garantam o seu direito de se expressarem publicamente sem receio de represálias ou ameaças. Criticam igualmente o uso excessivo e desproporcionado da força e da violência contra os manifestantes por parte das autoridades responsáveis pela aplicação da lei e de intervenientes não estatais, como grupos nacionalistas de extrema-direita, instando as autoridades polacas a garantirem que os autores destes ataques sejam responsabilizados pelas suas ações.

Inteligência artificial: enorme potencial se os riscos éticos forem tratados

A regulamentação da Inteligência Artificial deve [centrar-se](#) no nível de risco associado a usos específicos, diz um relatório preliminar apresentado na Comissão Especial sobre Inteligência Artificial na Era Digital do Parlamento Europeu (AIDA). O projeto de texto, apresentado pelo relator, afirma que o debate público deve passar a centrar-se no enorme potencial da IA (inteligência artificial), que oferece à humanidade uma oportunidade única de melhorar quase todas as áreas das suas vidas. A IA pode ajudar a combater as alterações climáticas, as pandemias e a fome global, além de melhorar a qualidade de vida por meio da medicina personalizada. De acordo com o documento preliminar, a IA pode aumentar substancialmente a produtividade, a inovação, o crescimento e a criação de empregos. A UE não deve regulamentar a IA como tecnologia; em vez disso, o tipo, a intensidade e o momento da intervenção regulatória devem depender exclusivamente do tipo de risco associado a um uso específico de um sistema de IA. O texto adverte que a UE está atualmente a ficar para trás na corrida tecnológica global que determinará o futuro equilíbrio de poder político e económico global. Para se manter economicamente competitiva e uma potência global, a União precisa de se tornar numa potência global em IA, diz o texto. O relatório preliminar identifica opções de política para desbloquear o potencial na saúde, alterações climáticas, competitividade e mercado de trabalho. Observa que os sistemas autónomos de IA estão em desacordo com as obrigações de informação estabelecidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (RGPD), o que gerou insegurança jurídica e falta de cooperação no setor da saúde. O relatório preliminar também destaca o desafio de se chegar a um consenso dentro da comunidade global sobre os padrões mínimos para o uso responsável de IA, e preocupações sobre a pesquisa militar e desenvolvimentos tecnológicos em sistemas de armas sem supervisão humana. O texto preliminar enfatiza que estas tecnologias podem, no entanto, colocar questões éticas e legais cruciais. Os regimes autoritários aplicam sistemas de IA para controlar, espionar, monitorizar e classificar os seus cidadãos. As plataformas tecnológicas dominantes utilizam-nos para obter mais informações sobre uma pessoa do que as que possuem as autoridades públicas ou os médicos, advogados ou banqueiros. Segundo o projeto, essa lógica desafia a soberania dos Estados, os alicerces dos sistemas democráticos e a salvaguarda dos direitos fundamentais.

Comissão investirá quase 2 mil milhões de euros do Programa Europa Digital para fazer avançar a transição digital

A Comissão [adotou](#) três programas de trabalho do Programa Europa Digital, que definem os objetivos e os domínios temáticos específicos, que receberão um financiamento total de 1,98 mil milhões de euros. Este primeiro conjunto de programas de trabalho inclui investimentos estratégicos que serão essenciais para alcançar os objetivos da Comissão com vista a concretizar a Década Digital da Europa. O Programa Europa Digital visa reforçar a soberania tecnológica da Europa e trazer soluções digitais para o mercado em benefício dos cidadãos, das administrações públicas e das empresas. O programa de trabalho principal, no valor de 1,38 mil milhões de euros, centrará o investimento nos domínios da inteligência artificial, dos espaços de computação em nuvem e de dados, da infraestrutura de comunicação quântica, das competências digitais avançadas e da ampla utilização das tecnologias digitais em toda a economia e a sociedade, até ao final de 2022. Paralelamente a este programa de trabalho principal, a Comissão publicou dois programas de trabalho específicos: o primeiro centra-se no financiamento de projetos no domínio da cibersegurança e dispõe de um orçamento de 269 milhões de euros até ao final de 2022; o segundo centra-se na criação e no funcionamento da rede de Polos Europeus de Inovação Digital e o seu orçamento ascende a 329 milhões de euros até ao final de 2023.

Índice de economia e sociedade digital de 2021: progresso geral na transição digital, mas necessidade de novos esforços em toda a UE

A Comissão [publicou](#) os resultados do Índice de Economia e Sociedade Digital de 2021 (DESI), que acompanha os progressos realizados nos Estados-Membros da UE em termos de competitividade digital nas áreas do capital humano, conectividade de banda larga, integração de tecnologias digitais pelas empresas e serviços públicos digitais. Os relatórios DESI 2021 apresentam dados do primeiro ou segundo trimestre de 2020 na sua maioria, fornecendo alguns *insights* sobre os principais desenvolvimentos na economia e na sociedade digital durante o primeiro ano da pandemia COVID-19. No entanto, o efeito do COVID-19 na utilização e oferta de serviços digitais e os resultados das políticas implementadas desde então, não são captados nos dados e serão mais visíveis na edição de 2022. Todos os Estados-Membros da UE fizeram progressos na área da digitalização, mas o panorama geral entre os Estados-Membros é misto e, apesar de alguma convergência, o fosso entre os pioneiros da UE e aqueles com as pontuações DESI mais baixas continua a ser grande. Apesar destas melhorias, todos os Estados-Membros terão de empenhar esforços concertados para cumprir os objetivos para 2030, conforme estabelecido na Década Digital da Europa.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2021](#) e para [2022](#).

Em aberto



Procura emprego nas instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios tem a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!